

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

É do domínio público que o Memorando de Entendimento, assinado em 17 de maio/2011 entre a Troika e o governo de José Sócrates como condição para a obtenção da ajuda externa necessária para salvar o país da banca rota, tinha um plano de privatizações com uma previsão de receitas de 5,5 mil milhões de euros.

Da lista de empresas prometidas vender pelo governo socialista constavam a ANA, a TAP, CP Carga, Galp, EDP, REN, Caixa Seguros, algumas participadas do Estado de menor dimensão, e, no aqui concernente, também os Correios e Comunicações de Portugal, vulgarmente conhecidos como CTT.

(pode ser verificado no seguinte endereço eletrónico - https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/conhecceadila_as_principais_medidas_do_memorando_de_entendimento_da_troika).

Apesar do governo não o poder ignorar, transcreve-se o excerto do Memorando assinado por José Sócrates com a Comissão Europeia, o BCE e o FMI (a Troika) sobre esta temática:

“3.31. O Governo acelerará o programa de privatizações. O plano existente para o período que decorre até 2013 abrange transportes (Aeroportos de Portugal, TAP, e a CP Carga), energia (GALP, EDP, e REN), comunicações (Correios de Portugal), e seguros (Caixa Seguros), bem como uma série de empresas de menor dimensão. O plano tem como objetivo uma antecipação de receitas de cerca de 5,5 mil milhões de euros até ao final do programa, apenas com alienação parcial prevista para todas as empresas de maior dimensão. O Governo compromete-se a ir ainda mais longe, prosseguindo uma alienação acelerada da totalidade das ações na EDP e na REN, e tem a expectativa que as condições do mercado venham a permitir a venda destas duas empresas, bem como da TAP, até ao final de 2011. O Governo identificará, na altura da segunda avaliação trimestral, duas grandes empresas adicionais para serem privatizadas até ao final de 2012. Será elaborado um plano atualizado de privatizações até Março de 2012”.

(confirmar em <https://acervo.publico.pt/economia/memorando-da-troika-anotado>).

Tendo a privatização dos CTT sido assim um compromisso de um governo socialista, foi já durante a atual governação das esquerdas, concretamente em setembro de 2017, que a Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) aprovou a decisão final sobre os objetivos de

densidade da rede postal e de ofertas mínimas de serviços que os CTT deverão cumprir no triénio 2018/2020.

Para além da sua atividade estar enquadrada pela atuação do regulador, a concessão feita aos CTT mostra-se também balizada por um conjunto de obrigações e objetivos definidos na lei e no contrato de concessão, competindo a sua fiscalização e acompanhamento à ANACOM, e, naturalmente, sobretudo ao Governo.

Acresce referir que, fruto de sucessivas controvérsias geradas pela atuação da empresa, o atual governo viu-se obrigado a anunciar, ainda no ano passado, a criação de um grupo de trabalho com o objetivo de analisar o serviço prestado pelos CTT no âmbito do contrato de concessão que termina em 2020, de que mais nada se veio a saber, se foi formado ou não, se está a trabalhar, o que fez ou o que pensa fazer.

Olhando para os factos, para os anúncios de encerramento de estações dos correios amparados pelo silêncio do governo, que têm vindo a acontecer um pouco por todo o país, sobretudo quando ocorrem em locais onde as mesmas são essenciais para servir as populações, longe dos grandes centros urbanos e onde não há transportes públicos dignos desse nome, a única qualificação possível para tais atitudes é de que são intoleráveis.

Os cidadãos prejudicados, as populações que ficam sem serviço de correio digno desse nome de um dia para o outro, têm o direito de ser informados se isso sucede por responsabilidade dos CTT, que não estarão a cumprir a lei ou o contrato de concessão, se as estações encerram porque os objetivos de densidade da rede postal e de ofertas mínimas de serviços foram mal definidos ou porque o governo não se preocupa, pura e simplesmente, com eles.

O PSD e os deputados subscritores não se conformam com o atual estado de coisas no que se refere ao encerramento indiscriminado e não esclarecido de estações de correio a esmo pelo país, sendo esta situação sobretudo preocupante no interior, onde se encontram as populações mais envelhecidas e carenciadas.

Para os deputados subscritores do PSD, um concelho como o de Vila Velha de Ródão, com 321,91 quilómetros quadrados, com um nível de envelhecimento de mais de 700 idosos por cada 100 jovens, com um poder de compra *per capita* dos mais baixos do país, não pode ficar sem nenhuma estação dos CTT, sendo os mais elementares princípios de justiça e equidade que o impõem.

O PSD, diferente dos partidos da atual maioria e do governo socialista, sempre considerou que os desígnios da coesão territorial têm de ser mais do que meras frases de propaganda das esquerdas, ocas como os políticos que as proferem, pois, quando governam, se mostram absolutamente incapazes de lhes dar qualquer espécie de conteúdo ou expressão prática. Para o PSD só haverá verdadeira igualdade quando todos os portugueses tiverem direito aos mesmos serviços e apoios por parte do Estado, e, com este governo, tem vindo a acontecer precisamente o contrário.

Neste caso, governo, CTT e partidos da “geringonça” querem que um concelho com uma área geográfica superior a 320 quilómetros quadrados, fique sem nenhuma estação de correios aberta ao público, situação que os deputados subscritores do PSD não aceitam.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, vêm apresentar as seguintes perguntas ao governo, através do ministro do planeamento e infraestruturas:

1. Porque é que está previsto o encerramento da estação dos CTT de Vila Velha de Ródão?
2. O governo foi previamente informado da decisão de encerramento da estação dos CTT de Vila Velha de Ródão?
3. Em caso afirmativo, quando é que isso sucedeu e o que é que fizeram entretanto no sentido de averiguar se este encerramento está ou não em conformidade com a lei e o contrato de concessão?

4. O governo tem ou não indícios do incumprimento dos CTT, relativamente ao serviço universal postal e às obrigações no quadro do contrato de concessão no que se refere ao distrito de Castelo Branco e ao interior em geral?
5. Estando seguramente esse incumprimento a acontecer, porque é que o Governo não agiu até este momento, e, se fez alguma coisa, o quê e quais foram os resultados práticos dessa sua atuação?
6. Os objetivos de densidade da rede postal e de ofertas mínimas de serviços permitem ou não que possa existir um concelho com 329,91 km² de área, sem uma única estação dos correios?
7. Em caso afirmativo, de quem é a responsabilidade e o que é que o governo está disposto a fazer para resolver esta situação absolutamente inadmissível?
8. O governo vai ou não fazer alguma coisa para assegurar que o concelho de Vila Velha de Ródão possa continuar a dispor pelo menos de uma estação dos correios aberta ao público?

Palácio de São Bento, 20 de setembro de 2018

Deputado(a)s

ÁLVARO BATISTA(PSD)

MANUEL FREXES(PSD)

CARLOS ALBERTO GONÇALVES(PSD)

JOSÉ SILVANO(PSD)

ANTÓNIO COSTA SILVA(PSD)

EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)

MARGARIDA MANO(PSD)

ANTÓNIO VENTURA(PSD)

MARIA GERMANA ROCHA(PSD)

BERTA CABRAL(PSD)

ANA OLIVEIRA(PSD)